



# ANEXO I

## TERMO DE REFRÊNCIA

### PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 04/2024

#### **PROCESSO**

Nº 05/2024

#### **CONTRATANTE**

Município de Monte Carmelo/MG - CNPJ Nº 18.593.103/0001-78

#### **OBJETO**

Aquisição de Massa Asfáltica - CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), Rejeito e RR- 1c e Material de Pintura de Ligação para CBUQ, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Urbanos e Rurais, de Monte Carmelo – MG. Com Cota de Itens para Participação Exclusiva das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas.

#### **SISTEMA**

Registro de Preços



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. REFERE-SE A AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA - CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), REJEITO E RR- 1C E MATERIAL DE PINTURA DE LIGAÇÃO PARA CBUQ, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS URBANOS E RURAIS, DE MONTE CARMELO – MG, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, FUTURA E PARCELADA ENTREGA.

### 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para Aquisição de Massa Asfáltica - CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), Rejeito e RR- 1c (Material de Pintura de Ligação para CBUQ), pelo sistema de contratação por Registro de Preços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, de Monte Carmelo – MG.

Tabela de especificações, quantitativos e valores levantados através do ETP:

Item	Descrição	Und	Qtd	R\$ UN	R\$ TOTAL
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ)	TON	2730	R\$ 568,31	R\$ 1.551.486,30
2	Cota 25% do subitem reservado para as MPEs				
3	RR – 1C (MATERIAL DE PINTURA DE LIGAÇÃO PARA CBUQ)	KG	27300	R\$ 6,32	R\$ 172.536,00
4	Cota 25% do subitem reservado para as MPEs				
5	REJEITO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ)	TON	3600	R\$ 97,86	R\$ 352.296,00
6	Cota 25% do subitem reservado para as MPEs				
Valor total estimado: R\$ 2.076.318,20 (dois milhões, setenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e trinta centavos)					

Tabela de divisão dos itens para reservar às Microempresas Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas.

Item	Descrição	Und	Qtd	R\$ UN
01	CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ)	TON	2048	R\$ 568,31
02	CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ) – <b><u>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DAS MPES.</u></b>	TON	682	R\$ 568,31
03	RR – 1C (MATERIAL DE PINTURA DE LIGAÇÃO PARA CBUQ)	KG	20475	R\$ 6,32
04	RR – 1C (MATERIAL DE PINTURA DE LIGAÇÃO PARA CBUQ) - <b><u>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DAS MPES.</u></b>	KG	6825	R\$ 6,32
05	REJEITO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ)	TON	2700	R\$ 97,86
06	REJEITO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ) - <b><u>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DAS MPES.</u></b>	TON	900	R\$ 97,86



**2.2.** De acordo com o ETP, e os valores levantados, para os itens 02, 04 e 06, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**2.3.** Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**2.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**2.5.** Do sistema de contratação, deverá seguir os moldes dos processos de anos anteriores na modalidade pregão, e o sistema de registro de preços, que é o que melhor atende as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo-MG, em virtude da demanda flutuante, devido a fatores climáticos entre outros que exige mais ou menos quantidade sendo impossível qualquer planejamento com quantitativos exatos;

**2.6.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.** O prazo de vigência do (s) contrato (s) deverá ser apreciado pelo setor jurídico visando a probabilidade de prorrogação de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3.2.** Não foi elaborado o Plano de Contratações Anual para o exercício 2024 para indicação do alinhamento com o mesmo.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**

**4.1.** Solução Integrada para Aquisição do objeto, será ao longo do processo de aquisição fazer análises técnicas a fim de identificar a melhor forma de execução dos serviços de tapa buracos entre outros com o propósito de atender à necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG, no que diz respeito à aquisição de massa asfáltica CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), rejeito RR-1C e material de pintura de ligação para CBUQ, de acordo com as fases de planejamento e seleção de fornecedores até a entrega, uso e eventual descarte ou reciclagem dos materiais, sendo:

**4.1.1.** Planejamento e Especificação: Identificar as especificações técnicas necessárias para os materiais, garantindo conformidade com normas e padrões relevantes. Definir critérios ambientais e de sustentabilidade para a seleção dos produtos, incentivando práticas responsáveis.

**4.1.2.** Processo de Aquisição: Realizar um processo de licitação transparente e competitivo para a seleção de fornecedores, utilizando o Sistema de Registro de Preços. Avaliar não apenas o preço, mas também a qualidade, confiabilidade do fornecedor e sua capacidade de atender às demandas especificadas.



4.1.3. Contrato e Logística: Estabelecer contratos claros e detalhados, incluindo prazos de entrega, garantias, penalidades por descumprimento e outras cláusulas pertinentes. Implementar uma eficiente gestão logística para garantir a entrega oportuna e a integridade dos materiais durante o transporte.

4.1.4. Recebimento e Armazenamento: Verificar a conformidade dos materiais recebidos com as especificações contratadas. Armazenar os produtos adequadamente, considerando condições ambientais e de segurança, considerando que os materiais como a massa asfáltica bem como o rejeito, não poderão ser armazenados, deverão ser aplicados imediatamente após a entrega.

4.1.5. Utilização e Aplicação: Assegurar que os materiais sejam utilizados conforme as normas técnicas, garantindo durabilidade e desempenho adequado. Implementar práticas de segurança no manuseio dos produtos.

4.1.6. Monitoramento e Manutenção: Estabelecer um sistema de monitoramento para avaliar a eficácia dos materiais ao longo do tempo. Realizar manutenções preventivas quando necessário, visando prolongar a vida útil dos elementos aplicados.

4.1.7. Descarte ou Reciclagem Responsável: Desenvolver planos para o descarte responsável dos materiais, seguindo regulamentações ambientais. Promover a reciclagem sempre que possível, contribuindo para práticas sustentáveis.

4.1.8. Avaliação Contínua: Realizar avaliações periódicas do desempenho dos fornecedores e dos materiais adquiridos. Implementar melhorias contínuas no processo com base nos aprendizados e feedbacks obtidos. Ao abordar o ciclo de vida do objeto de forma abrangente, a solução proposta visa garantir a eficiência, sustentabilidade e conformidade ao longo de todas as etapas, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Além dos critérios de habilitação e fiscalização perante aos órgão fiscalizadores, seguem os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1. Necessidade da contratação: Em virtude da necessidade da manutenção das vias públicas, com operações tapa-buracos, pequenos remendos em ruas e avenidas, e nos serviços de reformas de estradas rurais serão utilizados em alguns casos os Rejeito de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ);

5.1.2. Os materiais devem atender às especificações técnicas e normas brasileiras aplicáveis para massa asfáltica CBUQ, rejeito RR-1C e material de pintura de ligação para CBUQ.

5.1.3. Qualidade e Garantia: oferecer garantia de qualidade dos materiais, assegurando conformidade com as normas estabelecidas.

5.1.4. Certificações e Homologações: atender todas as normas estabelecidas por lei, apresentar sempre que solicitado certificados de conformidade e homologações emitidos por órgãos competentes para comprovar a qualidade e segurança dos produtos.

5.1.5. Sustentabilidade e Meio Ambiente: atender as normas e regulamentações ambientais na seleção, como a utilização de materiais reciclados e práticas sustentáveis de produção. Cumprimento das normas ambientais locais para minimizar o impacto ambiental.



5.1.6. Prazos de Entrega: os prazos para entrega dos materiais, considerando a eventual, futura e parcelada demanda serão de até 02 (dois) dias após cada autorização de fornecimento.

5.1.7. As despesas inerentes ao transporte (Carga, descarga e frete) dos Itens licitados, correrão por conta da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo / Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Urbanos e Rurais, a uma DISTÂNCIA MÁXIMA DE 120 KM, para tanto, a empresa deverá possuir sede, estabelecer sede, ou disponibilizar os produtos dentro desse raio, ou efetuar a entrega dentro do município de Monte Carmelo, de forma a atender todas as solicitações da Secretaria Municipal de Infraestrutura Serviços Urbanos e Rurais.

5.1.8. Penalidades por atrasos na entrega e mecanismos para ajuste de prazos serão estabelecidos em edital.

5.1.9. Especificação das condições de pagamento, incluindo prazos, formas de pagamento e eventuais descontos, em todos os casos, os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após cada entrega do objeto.

5.1.10. Exigência de documentação que comprove a conformidade com normas de segurança de acordo com os itens a seguir.

5.1.11. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.2. Não se aplica.

**Da vedação de contratação de marca ou produto**

5.3. Não se aplica.

**Da exigência de amostra**

5.4. Não se aplica.

**Da exigência de carta de solidariedade**

5.5. Não se aplica.

**Subcontratação**

5.6. Não se aplica.

**Garantia da contratação**

5.7. Não se aplica

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Condições de entrega: Para a entrega dos itens, objeto deste Certame, a Empresa Contratada deverá prestar efetuar a entrega, dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, e ainda de acordo com as especificações contidas neste Edital e seus anexos.

6.2. **Requisito Para assinatura do contrato**, a empresa vencedora do certame, deverá apresentar:

6.2.1. Licença Ambiental para Funcionamento de Usina Asfáltica.

6.2.2. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL de atividades potencialmente poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade Válido, nos termos do Art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e da Instrução Normativa do IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata para o exercício de atividades de obras civis, classificadas como potencialmente poluidoras ou



utilizadoras de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa do IBAMA nº 06, de 15/03/2013, ou Licença Ambiental para Funcionamento de Usina Asfáltica vigente.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Fiscalização

7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8. **Fiscalização:** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).





**7.9.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.9.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**7.10.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas próprias do setor requisitante.

**7.11. Gestor do Contrato:** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246/ 2022, art. 21, IV).

**7.12.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**7.13.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**7.14.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**7.15.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**7.16.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**7.17.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7.18. REQUISITOS PARA A ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**7.19.** Para a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, a empresa vencedora do certame, deverá apresentar:

**7.19.1.** Licença Ambiental para Funcionamento de Usina Asfáltica.



7.19.2. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL de atividades potencialmente poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade Válido, nos termos do Art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e da Instrução Normativa do IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata para o exercício de atividades de obras civis, classificadas como potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa do IBAMA nº 06, de 15/03/2013, ou Licença Ambiental para Funcionamento de Usina Asfáltica vigente.

**7.20.** O Prazo para assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços pela empresa vencedora será de no máximo 05 (Cinco) dias após a emissão e convocação para assinatura.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**8.1. Recebimento:** Todos os pagamentos serão realizados mediante relatório de medição, informando os quantitativos dos materiais entregues.

**8.2.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.3. Liquidação:** Apresentado relatório de medição ou pesagem, informando os que foram entregues, devidamente conferido e atestado funcionário responsável pelo recebimento da mercadoria e pelo fiscal de contratos.

**8.4.** Todo pagamento deverá ocorrer mediante a comprovação da regularidade fiscal, constatada nos sites das receitas federal, estadual, municipal e trabalhista ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, ou ainda mediante a apresentação da referida documentação apresentada pela própria empresa juntamente com a nota fiscal;

**8.5.** A Administração deverá realizar consulta nos sites oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua **notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

**8.10.** Prazo de pagamento





8.10.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após cada etapa da entrega dos itens ou da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal;

**8.11. Forma de pagamento**

8.11.1. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

**8.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária no decreto Municipal nº 2669, de 26 de setembro de 2023, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

8.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.13.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial (declaração do simples nacional), de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.14.** Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação do pagamento.

**8.15.** Cessão de crédito: Não se aplica.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**9.1.** Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: Menor preço por item.

**9.2.** Critérios de aceitação: Nos preços ofertados deverão estar inclusos todas as despesas para a entrega do objeto, para um período de 12 (doze) meses.

9.2.1. Disponibilizar balança para a pesagem do material betuminoso;

9.2.2. A aquisição será parcelada de acordo com as necessidades do município

**9.3. Exigências de habilitação** - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



9.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.4.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou **Municipal**/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual**/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



9.4.9. Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.5. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.6. Apresentar: Um ou mais atestado (s) emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou por órgãos da administração direta ou indireta da União, Distrito Federal, Estados ou Municípios, em nome da Empresa, o qual comprove aptidão para desempenho das atividades ora licitadas;

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação deverá ser aprofundado pelo setor de licitações e contratos, no entanto, com base na última contratação, o valor foi de R\$ 2.076.318,30 (dois milhões, setenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e trinta centavos).

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas com a presente licitação correrão a conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício. A dotação orçamentária também será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

Monte Carmelo, 02 de fevereiro de 2024.

---

Artu Vinícius Almeida da Silva

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

(Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais)